



A partir desta lição e nas próximas vamos estudar sobre como a Bíblia se formou. Por que temos 66 livros na Bíblia, e quanto aos livros apócrifos? A canonicidade vai tratar disto.

A inspiração é meio pelo a Bíblia recebeu sua *autoridade*; a canonização é o processo pelo qual a Bíblia recebeu sua aceitação *definitiva*.

Definição de canonicidade

A palavra *cânion* deriva do grego *kanōn* (“cana, régua”), que por sua vez vem do hebraico *kaneh*, que significa vara de medir (Ez 40:3). Era usada antes do cristianismo de modo mais amplo com o sentido de padrão ou norma. O Novo Testamento emprega o termo em sentido figurado referindo-se a padrão ou regra de conduta. (Gl 6:16).

I. Emprego da palavra “*cânion*” pela Igreja Primitiva

No começo do cristianismo, a palavra *cânion* significava “regra” de fé ou Escrituras autorizadas. O conceito de *cânion*, como o conhecemos hoje, estava em desenvolvimento na época de Atanásio (c. 350 d. C.).

Temos dois sentidos para a palavra *cânion*:

- Ativo: a Bíblia é o livro pelo qual tudo mais deve ser julgado.
- Passivo: Significava a regra que um escrito deveria ter para ser considerado inspirado ou tendo autoridade.

II. Alguns sinônimos de canonicidade

A existência de um *cânion* (ou escritos autorizados) antecede o uso da palavra *cânion*.

- *Escrituras Sagradas* – É um dos mais antigos conceitos de *cânion*. Os escritos de Moisés eram guardados ao lado da Arca da Aliança (Dt 31:24-26). Depois de o templo ter sido edificado, estes escritos foram guardados em seu interior. A consideração que estes livros receberam provam que eram considerados canônicos, ou sagrados;
- *Escritos autorizados* – A autoridade dos escritos de Moisés foi reforçada perante Josué e o povo de Israel (Js 1:8). Todos os reis de Israel foram alertados a este

respeito. (Dt 17:18 e 19). Visto que estes livros vieram de Deus, são dotados de autoridade, logo, eram canônicos, isto é, normativos, para o israelita;

- *Livros que mancham as mãos* – No ensino de Israel havia surgido um conceito de livros tão sagrados que manchavam as mãos. Assim diz o Talmude: “Os evangelhos e livros dos hereges não mancham as mãos; os livros de Ben Sira e quaisquer outros livros que tenham sido escritos desde sua época não são canônicos”. Ao contrário, os livros do Antigo Testamento hebraico “sujam” as mãos. Assim, qualquer livro que não precisasse uma cerimônia de purificação não era considerado canônico, ou sagrado;
- *Livros proféticos* – Como estudamos anteriormente (Aulas 1 e 2) um livro só era considerado inspirado se tivesse sido escrito por um profeta. As obras dos falsos profetas era rejeitada. Segundo Josefo, somente os livros escritos compreendidos entre os períodos de Moisés até o rei Artaxerxes, podiam ser canônicos. Assim se expressou Josefo: “Desde Artaxerxes até nossa época tudo tem sido registrado, mas nada foi considerado digno do mesmo crédito das obras do passado, visto que a sucessão exata dos profetas cessou”. Ou seja, o que Josefo quis dizer foi que são considerados canônicos apenas os livros de Moisés até Malaquias. O talmude faz a mesma afirmação: “Até esta altura (Séc. IV a. C.) os profetas profetizavam mediante o Espírito Santo, a partir desta época inclinaí vossos ouvidos e ouvi as palavras dos sábios”. Portanto para ser canônico, qualquer livro do Velho Testamento deveria vir de uma sucessão profética, durante o período profético.

A determinação da canonicidade

Veremos algumas considerações que nos ajudarão a esclarecer o que significa Escrituras canônicas.

I. Alguns conceitos deficientes sobre o que determina a canonicidade

Foram apresentadas várias opiniões e teorias sobre o que deve determinar a canonicidade de um escrito. Essas posições muitas vezes confundem as regras nas quais o crente deve se basear para descobrir se um escrito é inspirado (sentido passivo da palavra cânon), com os cânones dos Escritos que foram descobertos (sentido ativo da palavra cânon). Vamos examinar cada uma destas teorias.

- a) *A teoria de que a idade determina a canonicidade* – Esta teoria está incorreta por duas razões:

Os Livros antiquíssimos, como o Livro das guerras do Senhor e o Livro dos justos (Js 10:13 e Nm 21:14) não foram aceitos no cânon.

- Há evidências de que os livros canônicos foram aceitos logo após terem sido escritos, e não depois de terem envelhecido. É o caso dos livros de Moisés (Dt 31:24-26), de Jeremias (Dn 9:2) e dos escritos do Novo Testamento produzidos por Paulo (2ª Pe 3:16).

b) A teoria de que a língua hebraica determina a canonicidade – Esta teoria também é insatisfatória, pois alguns livros escritos em Hebraico não foram aceitos no cânon, como é o caso dos livros apócrifos e outros documentos antigos, como visto acima. Além disso, há partes de alguns livros aceitos no cânon que foram redigidos em aramaico:

- Daniel 2:4b; a 7:28
- Esdras 4:8 a 6:18 e 7:12-26

c) A teoria de que a concordância com a Torá determina sua canonicidade - É outra visão errônea de canonicidade. É óbvio dizer que se um escrito discordava da Torá o mesmo não poderia ser considerado canônico, pois Deus não pode se contradizer em suas palavras. Esta teoria não considera duas questões muito importantes:

• Não era a Torá que determinava a canonicidade dos escritos que lhe sucederam. Pelo contrário, o fator que determinou a canonicidade da Torá seria o mesmo que determinaria a canonicidade de qualquer escrito posterior à Torá.

- Esta teoria é muito generalizante, pois muitos outros escritos que concordavam com a Torá não foram aceitos no Cânon. É o caso do Talmude, embora concordando em tudo com a Torá os judeus não o consideraram inspirado.

d) A teoria de que o valor religioso determina sua canonicidade – Mais uma vez é óbvio dizer que se um livro não possui algum valor religioso não deve ser considerado canônico. Porém esta teoria faz confusão entre causa e efeito. Não é o valor de um livro que determina sua autoridade divina, mas a autoridade divina é que determina seu valor.

II. **A canonicidade é determinada pela inspiração**

Os livros da Bíblia não são valiosos por se haver descoberto nelas algum valor. Antes sim, são valiosos porque vieram de Deus. É a inspiração de Deus que concede a um livro sua autoridade. Deus revela, e seu povo reconhece o que o Senhor revelou. A canonicidade é determinada por Deus e descoberta pelos homens de Deus. Dizer que o povo de Deus, por meio de quaisquer regras estabelecidas pode dar canonicidade a um livro só confunde a questão. Só Deus pode dar autoridade a seus escritos. Então, com relação à Bíblia, devemos aplicar o sentido ativo da palavra cânon; ou seja, a Bíblia é a norma que governa nossa fé.

A descoberta da canonicidade

Como alguém poderia reconhecer um escrito canônico só por vê-lo? Quais são as características que diferenciam uma declaração de Deus de meros escritos humanos? Vários critérios foram adotados neste processo de reconhecimento.

I. Os princípios de descoberta da canonicidade

Sempre houveram falsos ensinamentos e escritos na vida da Igreja. Foi necessário muitas vezes que a Igreja revisse a sua coleção de livros sagrados. Até mesmo os livros aceitos por outros crentes foram posteriormente questionados. Cinco critérios são aplicados ao processo de canonicidade:

☐ O livro é autorizado – afirma vir da parte de Deus?

- É profético – foi escrito por um servo de Deus?

☑ É digno de confiança – fala a verdade acerca de Deus, do homem, etc.?

- É dinâmico – possui o poder de Deus que transforma vidas?

• É aceito pelo povo de Deus, para o qual foi originariamente escrito – é reconhecido como vindo de Deus?

a) *A autoridade de um livro* – Como vimos em aulas anteriores (aulas 1 e 2), todos os livros trazem consigo a reivindicação de autoridade divina.

☐ A expressão “Assim diz o Senhor”, está frequentemente presente.

- O tom e as exortações revelam a natureza divina.

☑ Nos livros de *ensino* existe a declaração divina do que os *crentes devem fazer*.

• Nos livros históricos, através do que *Deus tem feito* na história do seu povo, o ensino fica implícito.

Se faltasse a um livro a autoridade divina, este era considerado não canônico, não sendo, portanto, incluído no cânon sagrado.

Alguns livros não tinham a reivindicação divina, por isso foram rejeitados. Talvez fosse o caso do **Livro das guerras do Senhor** e o **Livro dos justos**.

Outros livros foram provados e questionados quanto à sua autoridade divina, mas por fim foram aceitos no cânon sagrado. É o caso de Ester. Estudando cuidadosamente o livro, viram o cuidado e proteção de Deus com seu povo.

b) *A autoria profética de um livro* – Os livros da Bíblia só foram produzidos pela atuação do Espírito Santo que moveu alguns homens, conhecidos como profetas (2ª Pe 1:20 e 21). Todos os escritores da Bíblia tinham um dom profético, ou uma função profética, ainda que não fossem profetas por ocupação (Hb 1:1). Paulo dizia aos Gálatas que suas cartas deveriam ser aceitas, pois ele era apóstolo de Cristo. Suas

cartas deveriam ser aceitas, pois foi o próprio Deus quem havia revelado. Se os escritos viessem de outra pessoa que não fosse nomeado por Deus deveriam ser rejeitadas. (Gl 1). As advertências de João se enquadram neste mesma situação, pois ele adverte que devemos julgar os espíritos, se procedem de Deus. (1ª Jo 2:18-19 e 4:1-3).

Foi por causa deste princípio que a segunda carta da apóstolo Pedro, inicialmente foi rejeitada por alguns pais da Igreja primitiva. Enquanto todos não ficaram plenamente convencidos de que se tratava ter realmente vinda do apóstolo, não foi inclusa no cânon cristão.

c) *A confiabilidade de um livro* – Outra característica da inspiração é um livro ser digno de crédito. Todo livro que contenha erros doutrinários, não pode ser um livro inspirado. Deus não pode mentir, então sua palavra deve ser, e é, a verdade, com coerência. Os crentes de Beréia, neste aspecto, foram louvados, pois eles verificavam nas escrituras (Velho Testamento) se o que o apóstolo Paulo estava ensinando era realmente verdade e estava em acordo com os escritos anteriores. (At 17:11). O mero fato de um escrito estar em concordância com escritos anteriores não quer dizer que o mesmo seja inspirado. Porém, entrar em contradição com escritos anteriores, já quebra o vínculo da credibilidade.

Grande parte dos livros apócrifos não foi aceita no cânon por não passar pelo crivo da confiabilidade. Seus erros históricos e doutrinários fizeram com que fosse impossível aceitá-los como inspirados. Não há como um livro vir de Deus e apresentar erros.

A carta do apóstolo Tiago também passou pela dúvida inicial, pois aparentemente apresentava discordância com a salvação pela graça (justificação pela fé) apresentada por Paulo.

Outros questionaram a carta de Judas, pela menção de escritos não confiáveis. Desde que ficasse claro que Judas estava apenas citando estes livros, e não atribuindo a eles nenhuma legitimidade divina, assim como Paulo citou poetas não cristãos (At. 17:28 e Tt. 1:12) não havia razão para deixar a carta de Judas fora do cânon cristão.

d) *A natureza dinâmica de um livro* - O quarto teste de canonicidade, às vezes um mais implícito que os demais, era a capacidade transformadora do livro. Hebreus nos diz que a palavra de Deus é viva e eficaz (Hb 4:12). O resultado é que ela pode nos ensinar, corrigir e instruir em justiça (2ª Tm 3:16-17). Em outro texto o apóstolo Pedro nos diz sobre o poder de evangelização e edificação da palavra de Deus (1ª Pe 1:23; 2:2). Outros livros e mensagens foram rejeitados porque apresentavam falsas esperanças (1ª Rs 22:6-8) ou traziam alarmes falsos (2ª Ts 2:2). Desta forma, não conduziam o crente ao crescimento na verdade de Jesus Cristo. Jesus disse: "Vocês

conhecerão a verdade, e a verdade os libertará.” (Jo. 8:32). O falso ensino jamais liberta.

Alguns livros da Bíblia, como o Cântico dos cânticos e Eclesiastes, foram questionados por alguns estudiosos os julgarem isentos deste poder dinâmico. Então se convenceram que Eclesiastes não é um livro cético ou pessimista, mas positivo e edificante (12:9-10) e Cântico dos cânticos não era sensual, mas também profundamente espiritual que mostra o verdadeiro amor que é criação de Deus.

e) *A aceitação de um livro* – A marca final da inspiração divina era a aceitação pela comunidade da Igreja. A palavra de Deus transmitida deve ser reconhecida pelo seu povo. Como o sistema de transportes e comunicações na época da Igreja Primitiva era muito lento, demorou-se muitos anos para a determinação da canonicidade. Os livros de Moisés foram imediatamente aceitos pelo povo de Deus (aula 3). Foram citados, copiados, preservados e até mesmo impostos para as novas gerações. As cartas de Paulo foram imediatamente recebidas pelas igrejas às quais foram destinadas (1ª Ts 2:13) e até pelos demais apóstolos (2ª Pe 3:16). Alguns escritos foram imediatamente rejeitados pelo povo de Deus, por não apresentarem a autoridade divina (2ª Ts 2:2). Os falsos profetas deveriam ser testados e rejeitados (1ª Jo 4:1-3).

Este princípio levou alguns estudiosos a questionar certos livros da Bíblia, como 2 e 3 João. São de natureza particular e circulação restrita, então houve certa relutância em aceitá-los, até que todos tivessem absoluta certeza de que tais livros haviam sido recebidos pelo povo de Deus do século I como cartas do apóstolo João.

Haviam pessoas que não reconheciam, muitas vezes, um profeta como vindo da parte de Deus. Neste caso, Deus mesmo vinha em favor de seus servos, confirmando sua vocação. Foi o caso de Elias, o caso de Moisés.

O papel do povo de Deus foi decisivo para a criação do cânon cristão. Deus mesmo deu autoridade sobre todos os seus escritos, porém o povo de Deus também havia sido chamado para a tarefa de descobrir quais eram os livros dotados da autoridade divina e quais eram falsos.

II. **O procedimento para a descoberta da canonicidade**

No processo de descoberta da canonicidade dos livros da Bíblia, não devemos imaginar os pais da Igreja andando pelos corredores com pilhas e pilhas de documentos ou debruçados sobre mesas ao longo do dia e da noite. O processo foi muito natural e dinâmico. Veremos mais tarde a história real de como aconteceu a descoberta dos livros inspirados por Deus. O

objetivo nesta aula é avaliar como estas cinco regras foram usadas no processo de canonização.

- a) *Alguns princípios estão apenas implícitos no processo* – Nem todos os cinco elementos estavam presentes na determinação da autoridade (ou não) de um livro. Nem sempre parecia óbvio à Igreja que um livro fosse “dinâmico” e “autorizado”, porém poderiam ser considerados “profético” e “aceito”. No entanto, poderia acontecer ao contrário, talvez sua autoria não fosse conhecida (ex. Hebreus), porém, o poder e a autoridade saltavam aos olhos. De qualquer maneira, durante todo o processo, os cinco elementos se faziam presentes em todos os livros que foram aceitos no cânon cristão, mesmo que alguns estivessem aplicados de modo implícito.
- b) *Alguns princípios atuavam de modo negativo no processo* – Algumas regras utilizadas no processo de descoberta da canonicidade atuavam de modo mais negativo que outras.

Por exemplo, o princípio da confiabilidade eliminava mais rapidamente os escritos não canônicos, porém não tinham a mesma rapidez para determinar os canônicos. Não existem falsos ensinamentos que sejam canônicos, porém existem escritos que falam a verdade mas não são de modo alguns inspirados.

De igual modo, existem livros apócrifos que clamam por serem inspirados, mas nenhum livro pode ser canônico se não for revestido da autoridade de Deus.

O princípio da aceitação é principalmente negativa. Nem sempre quando um livro recebe aceitação significa que o mesmo seja inspirado. Mais uma vez temos o exemplo dos livros apócrifos; muitos anos depois da aceitação dos livros inspirados, algumas pessoas mal informadas, atribuíram reconhecimento temporal a estes escritos. O simples fato de algum escrito ter sido aceito em algum lugar, não dá autoridade divina a este escrito. A aceitação inicial dos cristãos do século I tem fundamental importância para testar a autoridade divina de um livro. Ou seja, a aceitação *posterior* por parte de outros cristãos era importante, mas funcionava apenas como *apoio adicional* e não como fator fundamental.

- c) *O princípio realmente essencial substitui todos os demais princípios* – Na base de todo processo de canonização está o *princípio da natureza profética* do livro. Se um livro foi escrito por um profeta honrado e prestigiado de Deus, nem há a necessidade de formular as demais perguntas. Porém, quando não havia confirmação direta da vocação deste profeta, e nem sempre havia mesmo (Ex 4:1-9), então a confiabilidade, a dinâmica do livro e sua aceitação pelo povo de Deus seria elemento essencial para determinação de sua inspiração divina. Nenhum livro de Deus pode ser falso, desta forma os outros quatro princípios se aplicam para conferir o caráter profético dos livros do cânon.